



Número: **0010559-49.2019.8.17.3090**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Cível da Comarca de Paulista**

Última distribuição : **03/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
ANGELA WALESKA DA SILVA (AUTOR)	SABRINA DE LIMA LIRA (ADVOGADO(A))
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)	ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR (ADVOGADO(A)) RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO(A))
PAULO FERNANDO BEZERRA DE MENEZES FILHO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
98584292	09/02/2022 15:08	Embargos de Declaração	Embargos de Declaração

AO JUÍZO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE PAULISTA – PE

Processo de nº: 0010559-49.2019.8.17.3090

ANGELA WALESCA DA SILVA, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, que move em face da **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT – S/A**, por sua advogada que esta subscreve, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, nos termos do art. 1.022, inciso III do CPC/2015, **OPOR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – ERRO MATERIAL**, conforme segue:

I – DA TEMPESTIVIDADE

Os Embargos de Declaração devem ser apresentadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme dispõe o artigo 1.023, § 2º do CPC/2015. Logo a presente manifestação protocolada nesta data é tempestiva, visto que a ciência da Sentença foi tomada em 09/02/2022.

II – DO CABIMENTO DOS EMBARGOS

Os embargos declaratórios podem ser opostos exclusivamente para os fins previstos em lei, de acordo com o art. 1.022 do CPC/2015, vejamos:

Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:

I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;

II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;

III - corrigir erro material.

No presente caso trata-se de erro material a ser corrigido, uma vez que o magistrado na Sentença ID 91637493, não fixou o parâmetro de indenização correto descrito na Lei do Seguro Obrigatório, que para o caso de perda integral (retirada cirúrgica) do baço deve ser a vítima indenizada no percentual de 10% sob o valor total máximo da cobertura, ou seja, no valor correspondente a R\$ 1.350,00(um mil e trezentos e cinquenta reais).



Vejamos de acordo com a transcrição da SENTENÇA:

"Mérito.

A parte autora vem a juízo, com fundamento na pretensão de obter a indenização do seguro obrigatório DPVAT, regulado na Lei nº 6.194, de 19.12.1974, sob o argumento de que sofreu lesões graves que resultaram em debilidade permanente.

Segundo entende o STJ, nas ações de cobrança de indenização de seguro obrigatório – DPVAT aplica-se a lei vigente ao tempo do acidente, trata-se do princípio do *tempus regit actum*:

EMENTA: Seguro obrigatório. Lei nº 6.194/74 e Lei nº 8.441/92. Precedentes da Corte. **1. Aplica-se a lei vigente ao tempo do fato que provocou a morte, como consolidado na jurisprudência da Corte.** Assim, incide, no caso, o limite previsto no art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.194/74, isto é, o pagamento de 50% de 40 salários mínimos 2. Recurso especial não conhecido." (REsp 556606/SP, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, TERCEIRA TURMA, julgado em 29/06/2004, DJ 11/10/2004 p. 316) (GRIFEI)

No caso concreto, o acidente automobilístico em questão ocorreu sob a égide da Lei nº 11.945/2009, que alterou a redação do art. 3º, da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

(...)

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

(...)

§ 1º. No caso da cobertura de que trata o inciso II, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).



II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista na alínea "a", procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a setenta e cinco por cento para as perdas de repercussão intensa, cinquenta por cento para as de média repercussão, vinte e cinco por cento para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de dez por cento, nos casos de seqüelas residuais

Com a alteração promovida pelo art. 32 da Lei nº 11.945/2009, a Lei nº 6.194/74, a qual regula o seguro obrigatório, passou a vigorar acrescida da tabela dos percentuais a serem utilizados para o cálculo das indenizações por invalidez permanente, ou seja, o pagamento da indenização do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade, nos termos da tabela anexa à Lei.

Registre-se, por oportuno, que a proporcionalidade do pagamento em relação ao grau da lesão já é matéria pacificada no STJ, senão vejamos o teor da Súmula 474, in verbis:

Súmula 474. A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.

No caso em tela, o laudo médico elaborado por perito oficial atesta que a parte autora foi, de fato, acometida de invalidez permanente, parcial completa (100%) consistindo na perda integral (retirada cirúrgica) do baço.

Nos termos da tabela anexa ao art. 3º da Lei nº 6.194, de 19.12.1974, a perda integral (retirada cirúrgica) do baço deve ser indenizada no valor correspondente a R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais).

Conclui-se, pois, que como não houve pagamento administrativo de qualquer valor em razão da debilidade permanente, deve ser pago à parte autora, a título da indenização do seguro obrigatório de veículos automotores (DPVAT), a quantia de R\$ 1.300,00(um mil e trezentos reais)".

-

O erro material torna-se evidente quando o MM. Juiz, na sua respeitável decisão judicial, trouxe valores diversos aos aplicados à tabela da Lei de cobertura do Seguro DPVAT. Uma vez que para o caso concreto a indenização corresponde a 10% do Valor total de cobertura do seguro.

Sendo assim requer a correção do quantum indenizatório de R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais), para R\$ 1.350,00 (um mil e trezentos e cinquenta reais), correspondentes a



10% do Valor total de cobertura do seguro, conforme tabela descrita em Lei.

III - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a vossa Excelência:

1. Que os presentes Embargos Declaratórios, em face de sua tempestividade e admissibilidade, sejam recebidos;

1. Que sejam providos os presentes Embargos Declaratórios, a fim de corrigir o Erro Material referente ao quantum indenizatório apontado na Sentença, nos termos do art. 1.022,III CPC/2015.

Nestes Termos,

Pede-se o deferimento.

Olinda 09 de Fevereiro de 2022.

Sabrina Lira

Advogada

OAB n° 48.323/PE

